

UMA VISÃO GERAL DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Maria Helena de Moura NEVES¹

- RESUMO: O trabalho apresenta uma visão geral do que vem sendo chamado *funcionalismo* em lingüística. Contrapõem-se os modelos formalista e funcionalista e examinam-se, em especial, as propostas de gramática funcional de C. S. Dik e de M. A. K. Halliday.
- PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo; formalismo; gramática funcional.

1. Introdução

Já apontei em outra publicação (Neves, 1994) que é muito difícil um estudo global do que vem sendo chamado *funcionalismo*, especialmente porque as abordagens ditas “funcionalistas” não são, em geral, identificáveis por rótulos teóricos, ligando-se, várias delas, apenas aos nomes dos estudiosos que as desenvolveram. Aponte, ainda, que, apesar dessas reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes proposições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Um bom modo de sintetizar o pensamento básico das teorias funcionalistas é lembrar Martinet (1978), que aponta, como objeto da verdadeira lingüística, a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua.

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração.

1. Bolsista do CNPq – Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-420 – Araraquara – SP.

2. A questão das funções da linguagem

Duas propostas sobre a determinação das “funções” da linguagem são bastante divulgadas e já há um certo tempo pertencem ao domínio comum dos estudiosos da linguagem.

A primeira é a de Karl Bühler, que os estudantes brasileiros aprenderam, geralmente, através da leitura de Mattoso Câmara (1959), e a segunda é a de Roman Jakobson (1969), que também está facilmente disponível aos estudantes brasileiros, não apenas em tradução portuguesa feita no Brasil, mas ainda numa bem arranjada exposição de Edward Lopes (1976, p. 55-71).

Bühler indica três funções da linguagem, que se apresentam hierarquizadas, nos diferentes enunciados: a de representação (*Darstellungsfunktion*), a de exteriorização psíquica (*Kundgabefunktion*) e a de apelo (*Appellfunktion*), sendo a função representativa a que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana. Cada evento de fala constitui um drama, no qual se reconhecem três elementos: uma pessoa (*Sender*) informa outra pessoa (*Empfänger*) de algo (*Gegenstände und Sachverhalte*), e é nessa atividade que se manifestam as três funções, as quais não são mutuamente exclusivas, mas coexistem no mesmo evento. “Comunicar” não se põe como “função” da linguagem porque a capacidade que a linguagem tem de funcionar comunicativamente é exatamente o que condiciona todo o complexo que constitui o evento de fala.

Jakobson adiciona a essas três funções outras tantas, constituindo uma série de seis funções da linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores intervenientes no ato de comunicação verbal:

- ao contexto: função referencial;
- ao remetente: função emotiva;
- ao destinatário: função conativa;
- ao contato: função fática;
- ao código: função metalingüística;
- à mensagem: função poética.

Especialmente a proposição de Bühler é sempre correlacionada com as diversas propostas de estabelecimento de funções lingüísticas. Em geral se esquece, entretanto, que o termo *função* nem sempre tem o mesmo sentido e a mesma abrangência, e que existem diferentes critérios e diferentes níveis de generalização nas diferentes classificações oferecidas dentro de cada quadro teórico.

O próprio Halliday (1973a), já dentro de uma teoria autodenominada “funcionalista”, diz que usa o termo *função* do mesmo modo que Bühler, embora não se mova na mesma teoria, já que o esquema de Bühler tem um ponto de vista psicológico, levando em consideração as funções a que a linguagem serve na vida do indivíduo. Halliday (1978, p. 48) aponta que Bühler tem interesse psicolingüístico, não buscando explicar a natureza do sistema lingüístico em termos funcionais, mas usando a linguagem para investigar coisas que estão fora dela. Diferentemente, Halliday insiste

em uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca, das funções da linguagem, uma teoria segundo a qual a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua, e a investigação da estrutura lingüística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a linguagem serve. A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura lingüística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical.

Halliday (1970, 1973a, 1973b, 1977) faz uma proposição de funções (ou, mais precisamente, de “metafunções”) da linguagem. Para ele, a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo, isto é, tem uma função “ideacional”. Isso corresponde ao que comumente se denomina *significado cognitivo*, embora, para Halliday, esse termo seja enganador, já que existe elemento cognitivo em todas as funções lingüísticas. É por meio dessa função que o falante e o ouvinte organizam e incorporam na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real, o que inclui sua experiência dos fenômenos do mundo interno da própria consciência, ou seja, suas reações, cognições, percepções, assim como seus atos lingüísticos de falar e de entender. Dentro dessa função ideacional da linguagem reconhecem-se duas subfunções, a “experencial” e a “lógica”.

Em segundo lugar, a linguagem serve para a função “interpessoal”, isto é, o falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala: ele expressa seu julgamento pessoal e suas atitudes, assim como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte, em particular, o papel comunicativo que assume. Isso significa que a função interpessoal subsume tanto a função expressiva como a conativa de Bühler, as quais, como diz Halliday (1973a), não são realmente distintas, no sistema lingüístico. O elemento interpessoal da linguagem, além disso, vai além das funções retóricas, servindo, num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem. A função interpessoal é, pois, interacional e pessoal, constituindo um componente da linguagem que serve, ao mesmo tempo, para organizar e expressar tanto o mundo interno como o mundo externo do indivíduo.

Embora do ponto de vista da abordagem instrumental da linguagem essas duas funções pareçam suficientes, existe uma terceira função, que é, por sua vez, instrumental para as outras duas. Trata-se da função “textual”, que diz respeito à criação do texto; por ela, a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no cotexto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo. Assim como a sentença é uma unidade sintática, o texto é a unidade operacional, e a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto.

Diz Halliday (1973a) que, sendo interna à linguagem, a função textual não é comumente levada em conta quando o objeto de investigação é extrínseco. Ela se associa especificamente, entretanto, ao que se diz “funcional” nos trabalhos dos

lingüistas da Escola de Praga, que desenvolveram as idéias de Bühler dentro da teoria lingüística.

3. O funcionalismo e a Escola Línqüística de Praga

Os termos *função* e *funcional* são muito correntes na produção da Escola Línqüística de Praga, mas a interpretação desses termos, segundo Danes (1987, p. 4), não é uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, há, nessas obras, muito poucas tentativas de definição dos termos usados; em segundo lugar, o conceito é aplicado a variados domínios e fenômenos da linguagem, e, por isso, sofre muitas modificações, aparecendo com variações nocionais; em terceiro lugar, há diferenças e vacilações entre os diferentes autores; em quarto lugar, o termo *funcional* é usado, em alguns casos, num sentido muito vago, como uma espécie de simples rótulo; e, em quinto lugar, os termos *função* e *funcional* não são os únicos relevantes para a interpretação da "abordagem funcionalista": de um lado, outros termos provindos da interpretação finalista (teleológica, teleonômica), como *meios*, *fins*, *instrumento*, *eficiência*, *necessidade de expressão*, *servir para* evidenciam a abordagem finalista; de outro lado, essa abordagem pode estar presente e ser determinável na discussão científica dos fatos da língua sem o uso explícito de termos teleonômicos.

Diz Danes (op. cit., p. 4-5) que a maioria dos autores da ELP usaram o termo *função* no sentido de "tarefas" que a linguagem ou seus componentes desempenham, ou "propósito" ao qual eles servem, em distinção ao sentido lógico-matemático que o termo tem nos *Prolegomena* de Hjelmslev. A Jakobson, afinal, diz Danes (p. 7), se deveria um tratamento do conceito de *função*, em lingüística, dentro do quadro teórico "finalista" ou "teleológico".

O conceito de funcionalismo em lingüística é, afinal, indubitavelmente ligado à Escola de Praga, mas é necessário observar que ele tomou, depois, vida própria e independente.

4. A gramática funcional

Gramática funcional é uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social.

Mackenzie (1992) afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa a explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura

da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. Isso não equivale a dizer que gramática funcional é uma espécie de guarda-chuva protegendo todos os tipos de trabalho, tanto gramaticais quanto pragmáticos; ao contrário, afirma Mackenzie, há uma tradição coerente da gramática funcional ligando explicitamente construções linguísticas a constelações pragmáticas.

Para Mackenzie, ao estudar-se a sistemática da língua, pode-se esperar encontrar aspectos funcionais. Na área da ordem das palavras, por exemplo, o fato de uma determinada língua escolher a organização VO (O posposto ao V) ou a organização OV (V posposto ao O) parece ser *secundário* para o funcionamento dessa língua: é um assunto *afuncional*. Por outro lado, muitos fenômenos de ordem de palavras (topicalização, extraposição, apassivação) podem ser relacionados a considerações funcionais, por exemplo, à avaliação que o falante faz do conhecimento e das expectativas do ouvinte. E são esses os fenômenos que recebem a maior atenção por parte dos adeptos da gramática funcional. Segundo o autor (op. cit.), há, ainda, outros fenômenos que parecem apresentar *disfuncionalidade*, por exemplo, a ocorrência de posposição em uma língua que não escolhe ordinariamente essa ordem.

A ordem das palavras na sentença é vista como o reflexo da tentativa do falante de lidar com vários fatores (*funcionais, afuncionais e disfuncionais*), que podem trabalhar em paralelo ou conflitar um com o outro. A gramática funcional, na verdade, não confere uma estrutura sintática inequívoca à sentença e, com certeza, não lhe confere uma estrutura representável por meio de diagramas de árvores, ou de colchetes ou parênteses rotulados. Isso não significa que na gramática funcional não se faça formalização gramatical. Na verdade, as formalizações da gramática funcional já levaram alguns críticos a entender que ela se enquadra no "paradigma formal" em linguística. Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

A gramática funcional considera, afinal, a competência comunicativa, isto é, a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. Como a Escola de Praga, a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico.

A gramática funcional é igualmente aplicável a todos os tipos de língua. Na prática, isso significa uma tentativa de atingir o equilíbrio entre o geral e o particular: as descrições não devem ser tão específicas de uma língua que não possam ser transferíveis para outras línguas, nem podem ser tão gerais que as peculiaridades das línguas individuais sejam obscurecidas. Essa busca de adequação tipológica foi operacionalizada em uma interdição de transformações e de filtros, o que, em princípio, opõe as gramáticas funcionais às gramáticas formais.

5. As duas grandes correntes do pensamento lingüístico: *funcionalismo e formalismo*

Podem-se distinguir dois pólos de atenção opostos no pensamento lingüístico, o funcionalismo, no qual a função das formas lingüísticas parece desempenhar um papel predominante, e o formalismo, no qual a análise da forma lingüística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários. Nessa oposição, Dirven & Fried (1987, p. xi) colocam no pólo funcionalista a Escola de Genebra (com Saussure e, a seguir, Bally e Tesnière, este influenciando Helbig e Martinet), a Escola de Praga (com Mathesius e, a seguir, Trubtzkoy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall etc.), a Escola de Londres (com Firth e, a seguir, Halliday), e o Grupo da Holanda (com Reichling e, a seguir, Dik). Na verdade, segundo os autores, é na Escola de Praga, bem como nos modelos da gramática funcional de Halliday e de Dik, que está mais representado o funcionalismo, que, menos sistematicamente, está na Escola de Londres e em Reichling e apenas implicitamente em Saussure. O pólo formalista, por outro lado, tem seus maiores expoentes no estruturalismo americano (com Bloomfield, Trager, Bloch, Harris, Fries) e, num sentido menos rigoroso, está também nos sucessivos modelos de gerativismo, culminando na teoria padrão de Chomsky, embora em Dik estejam presentes traços do gerativismo (semântica gerativa). No próprio Chomsky, ainda, estariam alguns elementos da perspectiva funcional da frase (fato também apontado por Danes, op. cit., p. 25), como, por exemplo, as noções de tópico/comentário (ou tema/rema) e especialmente na semântica gerativa de Mc Cawley e na gramática de casos de Fillmore, onde se podem ver, dentro de um paradigma formalista, tentativas de questionamento de proposições básicas da teoria, de um ângulo semântico-funcionalista.

Uma gramática formalmente orientada, diz Hoffman (1989, p. 114), trata da estrutura sistemática das formas de uma língua, enquanto uma gramática funcionalmente orientada analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua.

Dik (1978, p. 4-5, retomado e explicitado em 1989, p. 2-7) analisa as duas grandes correntes, contrapondo o paradigma formal ao paradigma funcional. O termo "paradigma" é proposto para designar cada conjunto de crenças e hipóteses em interação. Nessa contraposição, propõem-se oito questões, que resumo no Quadro 1. O que Dik diz pode resumir-se no seguinte: no paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto, no paradigma funcional, considera-se que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis a, e codeterminadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana (Dik, 1987, p. 81-2).

Para Halliday (1985, p. xxviii-xxix), as gramáticas formais se opõem às funcionais porque, assentadas na lógica e na filosofia, têm uma orientação primariamente sintagmática. As funcionais, por seu lado, assentadas na retórica e na etnografia, são primariamente paradigmáticas. As diferenças entre essas duas correntes da gramática são apontadas por Halliday, do modo como resumo no Quadro 2.

Quadro 1

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

(C. S. Dik, 1978, p. 5, retomado e explicitado em 1989, p. 2-7. Adaptação de M. H. M. Neves)

Quadro 2

Gramática formal	Gramática funcional
Orientação primariamente sintagmática	Orientação primariamente paradigmática
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase)	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso)

(M. A. K. Halliday, 1985, Introduction. Adaptação de M. H. M. Neves)

Leech (1983, cap. 3) liga as diferenças entre as duas abordagens, basicamente, a diferentes modos de ver a natureza da linguagem. Desse ponto de vista, os formalistas (o exemplo é Chomsky) encaram a linguagem como fenômeno mental, enquanto os funcionalistas a vêem como fenômeno primariamente social. Os universais lingüísticos são explicados, então, pelos formalistas, como herança lingüística genética comum da espécie humana e, pelos funcionalistas, como derivação da universalidade dos usos da linguagem nas sociedades humanas. Quanto à aquisição da linguagem pela criança, os formalistas apontam uma capacidade inata humana para aprender a linguagem, enquanto os funcionalistas se inclinam para uma explicação da aquisição em termos de desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança. Acima de tudo, portanto, os formalistas estudam a linguagem como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas a estudam em relação com sua função social.

Halliday (1985, p. xxix) chama a atenção para a polarização que tem havido entre as duas abordagens, considerando que elas se ligam à própria natureza da linguagem, além de se ligarem, pela raiz, ao pensamento ocidental.

Deve-se observar, entretanto, que nem todo funcionalismo é extremado. Segundo Nichols (1984), há um funcionalismo conservador, um funcionalismo extremo e um funcionalismo moderado. O tipo conservador apenas aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura. O tipo moderado não apenas aponta essa inadequação, mas vai além, propondo uma análise funcionalista da estrutura. O formalismo extremo nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas.

Para ilustração do pensamento funcionalista serão repassadas, a seguir, duas das propostas que Van Valin (1990) colocou entre as moderadas, a de Simon Dik e a de Michael A. K. Halliday. Para o autor, moderadas são as propostas que, reconhecendo a inadequação de um formalismo e de um estruturalismo estritos, propõem alternativas funcionalistas para a análise. Enfatizando a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura lingüística, essa corrente, entretanto, admite que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais, e propõe uma consideração de estrutura lingüística distinta da proposta pelos formalistas.

6. O funcionalismo de Michael A. K. Halliday

A teoria à qual se liga a gramática funcional de Halliday é uma teoria sistêmica que se baseia na teoria de Firth (Robins, 1964, p. 290, chama-lhe "neofirthiana"), com inspiração em Malinowski e Whorf (Kress, 1976, p. viii-xi). *Sistema* é usado no sentido firthiano de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação

funcionalista da lingüística acopla-se uma descrição sistêmica na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo de constituinte (Halliday, 1967, p. 37).

O modelo de Halliday, que vem sendo elaborado há mais de trinta anos, é, pois, sistêmico-funcional: enquadra-se numa gramática sistêmica que se interpreta meta-funcionalmente. Diz Halliday, em 1963, que a teoria lingüística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a "cadeia" (o sintagma) e a "escolha" (o paradigma) (op. cit.). Como aponta Hudson (1986, p. 809), há dois tipos de categorias em uma gramática sistêmica, os traços e as funções: o traço é uma categoria paradigmática, que relaciona um item com outros itens da língua que são similares em algum aspecto relevante, enquanto a função é uma categoria sintagmática. Uma gramática sistêmica é, acima de tudo, paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando, para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. Na verdade, uma rede sistêmica constitui um conjunto finito de traços, um complexo de interdependências existentes entre os traços de determinados paradigmas. *Traços* significam, ao mesmo tempo, significado formal e significado semântico (Martin, 1978). A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, com a idéia de que escolha produz significado. Berry (1977, p. 52) lembra que é importante compreender que o termo *escolha*, nesse caso, não implica, necessariamente, escolha consciente, nem escolha livre, podendo o grau de consciência variar de uma escolha completamente subconsciente até a plena e explícita escolha consciente. A gramática é, afinal, o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973, p. 364). A gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua (Halliday, 1973b, p. 365).

As diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado, ligando-se, pois, às diferentes funções da linguagem. Assim, o sistema de *transitividade*, especificando os papéis dos elementos da oração, como "ator", "meta" etc., codifica a experiência do mundo, e liga-se, pois, com a função ideacional; o sistema de *modo* (do qual deriva o de *modalidade*), especificando funções como "sujeito", "predicador", "complemento", "finitude", diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, com a função interpessoal; os sistemas de *tema* e de *informação*, especificando as relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação, dizem respeito à função lingüisticamente intrínseca, a função textual.

Dentro de cada sistema, as escolhas se fazem com respeito a um determinado nível gramatical. Assim, no nível da frase, é obrigatória a escolha referente ao sistema de *modo*, já que toda e qualquer frase há de ser ou declarativa, ou interrogativa, e assim por diante. Cada sistema maior implica subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas.

Diz Davidse (1987, p. 46) que o movimento do sistema ao texto envolve dois momentos: num primeiro passo, há uma seleção dentre o conjunto de traços, e uma

"forma canônica" possível é selecionada para o sintagma em questão; num segundo passo, o processo se realiza, isto é, os traços paradigmáticos se convertem numa forma sintagmática concreta.

Na Introdução de sua obra *An introduction to functional Grammar* (op. cit., p. xiii-xxxv), Halliday apresenta uma visão geral de sua "gramática funcional", esclarecendo que deixa de lado, aí, o aspecto sistêmico da gramática e trata apenas o funcional. Para ele, uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural", no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada. Seus objetivos são, realmente, os usos da língua já que são estes que, através das gerações, têm dado forma ao sistema.

A partir daí, os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais. Todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o "ideacional", ou reflexivo, e o "interpessoal", ou ativo. Esses componentes, as *metafunções* da teoria de Halliday, são as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associado a esses dois, o terceiro componente metafuncional, o "textual", lhes confere relevância.

Assim, cada elemento, numa língua, é explicado por referência à sua função no sistema lingüístico total. Nesse sentido, uma gramática funcional é a que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Numa gramática funcional, diz Halliday (1985), uma língua é interpretada como um sistema semântico. A questão fundamental de que modo os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, e não como um fim em si mesmas. O termo *semântico* não se refere, aí, apenas, ao significado das palavras: é todo o sistema de significados da língua. A linguagem adulta construiu estruturas semânticas que permitem "pensar sobre" a experiência, isto é, interpretá-la construtivamente; porque são plausíveis, elas fazem sentido e o homem pode agir sobre elas. Os sistemas de significados, por sua vez, geraram estruturas lexicogramaticais que são igualmente plausíveis: há, então, *verbos* e *substantivos* para enquadrar a análise da experiência em *processos* e *participantes*. É assim que as crianças são capazes de construir uma gramática: elas podem fazer uma ligação entre as categorias da gramática e a realidade que está em seu redor e dentro de sua cabeça, conseguindo ver o sentido por trás do código.

Se, de um lado, um texto é uma unidade semântica, e não gramatical, de outro, os significados são compreendidos quando se corporificam em enunciados e, sem uma teoria que dê conta de como as palavras codificam os significados, isto é, sem uma gramática, não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. A relação entre a semântica e a gramática é de "interpretação": os enunciados "interpretam", ou codificam, o significado, e são, por sua vez, "interpretados" pelo som ou

pela escrita. Não é possível perguntar o que cada elemento significa isoladamente, e o significado é codificado no enunciado como um todo integrado: a escolha de um item pode significar uma coisa, seu lugar no sintagma, outra; sua combinação com outro elemento, outra; sua organização interna, outra, ainda. O que a gramática faz é separar todas essas variáveis possíveis e atribuí-las às suas funções semânticas específicas.

Uma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das seqüências linguísticas, os significados que estão codificados por essas seqüências. O fato de ser "funcional" significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser "gramática" significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa, e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem.

Halliday (1980, apud Davidse, 1987) indica as diferentes espécies de padrões, que, na lexicogramática das frases, bem como na organização do texto, realizam os diferentes significados. Os significados lógicos são sempre realizados por estruturas recursivas, os significados experienciais por estruturas constituintes, os significados interpessoais por padrões prosódicos e os significados textuais, por padrões cumulativos.

Verifica-se, afinal, que Halliday apresenta um modelo altamente elaborado, no qual as diversas noções se sustentam mutuamente, evitando vazios na proposição – que é básica – do modo como o significado se codifica nos enunciados efetivos. Merece observação, por exemplo, o estabelecimento de uma relação sistemática entre a análise linguística e o contexto de ocorrência dos enunciados, de tal modo que se pode encontrar, já nas primeiras propostas de Halliday (Halliday et al., 1964), três variáveis situacionais de registro associadas aos três componentes metafuncionais do sistema linguístico. o "campo" do discurso (a atividade social implicada), ligado ao componente experiencial, o "teor" do discurso (a distância social entre os participantes), ligado ao componente interpessoal; o "modo" do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual. Para Davidse (1987, p. 74), em Halliday as referências à situação e à estrutura social não se fazem *ad hoc*, mas baseiam-se em uma teoria que relaciona linguagem, situação e cultura, sistematicamente.

7. O funcionalismo de Simon Dik

Dizem Bolkestein et al. (1985, p. v) que a gramática funcional foi apresentada pela primeira vez, na teoria geral da sistematicidade da linguagem, em Dik (1978), tendo sido, desde então, trabalhada e refinada por colaboradores, tanto na Holanda como em outros países.

A teoria funcionalista, nas palavras de Dik (1980b, p. 1), distingue o *sistema* da língua e o *uso* da língua, mas evita estudar cada um deles fazendo abstração do outro.

A forma dos enunciados não é entendida, pois, independentemente de sua função: uma descrição completa inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. De um ponto de vista funcionalista, a relação entre a intenção do destinador e a interpretação do destinatário, na interação verbal, tem a expressão lingüística apenas como mediação. Diz Dik (1989, p. 9) que a expressão lingüística é função:

- da intenção do falante;
- da sua informação pragmática;
- da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

A interpretação do ouvinte, por seu lado, é função:

- da expressão lingüística;
- da sua informação pragmática;
- de sua conjectura sobre a intenção que o falante tenha tido.

Para Dik (op. cit., p. 16), uma teoria de gramática pode falhar de dois diferentes modos: ela pode ser fraca demais (concreta demais), de tal modo que se torne incapaz de produzir descrições adequadas de gramáticas de línguas particulares, ou ser forte demais (abstrata demais), de tal modo que defina uma classe de gramática que exceda amplamente a classe das línguas humanas reais. Para evitar este último perigo, o poder descritivo permitido pela teoria deve ser restringido ao máximo, e isso é obtido, na gramática funcional, de três maneiras:

- evitando transformações ou operações de mudança de estrutura: uma vez construída uma estrutura, ela é mantida em toda a derivação posterior da expressão lingüística (a derivação é uma questão de expansão gradual, não uma questão de transformação);
- evitando filtros, que são estratégias descritivas que conferem excessiva liberdade para a formulação de regras gramaticais: as regras devem gerar apenas o conjunto de expressões bem-formadas, sem produzir expressão que depois deva ser descartada;
- não admitindo predicados abstratos: todos os lexemas básicos de uma língua estão contidos no léxico na forma em que podem aparecer nas expressões da língua-objeto.

No modelo de Dik (1985, p. iii; 1989, p. 54), realmente, todos os itens lexicais de uma língua têm de ser analisados dentro da predicação e, no reverso, todos os predicados básicos de uma língua compõem o seu léxico, sendo este, pois, o estoque completo das estruturas predicativas básicas (predicados e termos da língua). Todos os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou de relações, e diferentes categorias de predicados se distinguem, de acordo com suas propriedades formais e funcionais.

A descrição de uma expressão lingüística começa com a construção de uma predicação subjacente que é, então, projetada na forma da expressão por meio de regras que determinam a forma e a ordem em que os constituintes da predicação subjacente são realizados. A predicação subjacente é basicamente formada por meio da inserção de “termos” (isto é, expressões que podem ser usadas para referir-se a unidades em um dado mundo) em “estruturas de predicado” (esquemas que especificam um predicado juntamente com um esqueleto das estruturas nas quais ele pode aparecer). Para a construção de predicações subjacentes são necessários, então, pelo menos, um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos. A esses dois conjuntos reunidos, Dik (1989; p. 51 ss.) chama *fundo* da língua. Dentro do “fundo”, está o léxico, que contém as expressões básicas da língua, isto é, os predicados básicos e os termos básicos; cada um desses dois subconjuntos pode ser estendido por meio de regras sincronicamente produtivas, formando, respectivamente, predicados derivados e termos derivados.

A construção da estrutura subjacente da cláusula requer, pois, antes de mais nada, um predicado. O predicado – que designa propriedades ou relações – se aplica a um certo número de termos – que se referem a entidades – produzindo uma predicação que designa um estado-de-coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação:

	Termo	Predicado	Termo	Termo
Predicação	Pedro	entregar	o livro	à menina
Estado-de-coisas	entidade 1	relação	entidade 2	entidade 3

Ou: *entregar(Pedro)(o livro)(à menina)*

Com tal predicação, estabelece-se uma relação entre três entidades que desempenham, cada uma, um papel semântico.

Entidades	1	2	3
Papel semântico	agente	objeto	recedor
Termos	menino	livro	menina

Um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), o que significa que a predicação acima faz a descrição correta de um estado-de-coisas: assume-se a existência de um mundo em que uma pessoa chamada “Pedro” entrega uma coisa do tipo “livro” a uma pessoa do tipo “menina”. Sendo algo

que pode ocorrer em um determinado mundo, um estado-de-coisas está sujeito a determinadas operações, isto é, ele pode ser:

- localizado no espaço e no tempo;
- ter uma certa duração;
- ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido.

Desse modo, um operador de tempo, como *Passado*, pode localizar no tempo o estado-de-coisas tomado aqui como exemplo, e um constituinte como (na rua) pode localizar esse estado-de-coisas no espaço:

Passado [[entregar(Pedro)(o livro)(à menina)](na rua)]

Constituintes como (Pedro), (o livro) e (à menina), que são exigidos pela semântica do predicado, são denominados *argumentos*, enquanto constituintes como (na rua), que apenas trazem informação suplementar, são denominados *satélites*.

Uma predicação pode, por outro lado, aparecer como especificação de um outro estado-de-coisas, isto é, como argumento de outro predicado:

João viu que Pedro entregou o livro à menina na rua.

Tem-se, então, uma *predicação encaixada* em uma predicação mais alta, denominada *predicação matriz*. E a predicação total “João viu que Pedro entregou o livro à menina na rua” é, por intermédio do operador de predicação *Passado*, localizada, por sua vez, no intervalo de tempo que antecede o tempo da predicação encaixada:

Pass [ver(João)(e_i)]

$e_i = \text{Pass} [[\text{entregar} (\text{Pedro}) (\text{o livro}) (\text{à menina})] (\text{na rua})]$

Predicação encaixada não é o mesmo que *proposição encaixada*. No exemplo acima, observa-se que o que se diz que João viu é, de fato, (a ocorrência de) um estado-de-coisas, o qual consiste em Pedro entregar o livro à menina na rua. Entretanto, numa expressão como “João acreditou que Pedro entregou o livro à menina na rua”, embora a oração subordinada ocorra com a mesma forma, seu estatuto semântico é diferente: as coisas nas quais se pode dizer que as pessoas acreditam não são estados-de-coisas, são, antes, “proposições”, “conteúdos proposicionais”, “fatos possíveis”. Essas mesmas coisas podem ser conhecidas ou pensadas, podem ser causa de surpresa e de dúvida, podem ser mencionadas, negadas, rejeitadas ou lembradas, e podem ser verdadeiras ou falsas.

Isso significa que uma predicação – que designa um estado-de-coisas – pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa

um “conteúdo proposicional”, ou seja, um fato possível. Designando-se o fato possível relevante por x_i , tem-se a representação:

Pass [*acreditar*(João)(x_i)]

$x_i = \text{Pass} [[\text{entregar}(\text{Pedro})(\text{o livro})(\text{à menina})](\text{na rua})]$

Ocorre que *acreditar* toma proposições, não predicções, como segundo argumento; x_i representa, pois, uma *proposição encaixada*. Na verdade, é em fatos possíveis que se pode acreditar, não em estados-de-coisas.

Voltando-se à predicção que serviu de exemplo inicial, “Pedro entregou o livro à menina na rua”, resta apontar que a sua análise completa não se esgota com as indicações já dadas, mas que às proposições são aplicados, ainda, operadores ilocucionários, como se representa em:

DECL (x_i)

$x_i = \text{Pass} [[\text{entrega}(\text{Pedro})(\text{o livro})(\text{à menina})](\text{na rua})]$

A proposição revestida de força ilocucionária constitui a *cláusula*, que corresponde a um ato de fala e que pode ser descrita em termos de uma estrutura subjacente de cláusula. O sistema de regras de expressão da língua determina a forma bem como a ordem dos termos e o padrão entonacional dos constituintes, isto é, determina a realização superficial dessa estrutura.

Como se explicitou mais acima, é o predicado o primeiro nível que é exigido, para que se organize uma estrutura subjacente de cláusula. Essa organização em níveis assim se configura:

- nível 1: predicador e termos;
- nível 2: predicção;
- nível 3: proposição;
- nível 4: ato de fala.

A cada nível de unidade estrutural corresponde um diferente tipo de unidade lingüística. Consideradas como *variáveis*, essas unidades lingüísticas se representam por diferentes símbolos, conforme o *nível estrutural* a que correspondem:

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem	Variável
Cláusula	ato de fala	4	$E_i, E_j \dots$
Proposição	fato possível	3	$X_i, X_j \dots$
Predicção	estado-de-coisa	2	$e_i, e_j \dots$
Termo	entidade	1	$x_i, x_j \dots$
Predicado	Propriedade/relação		$f_i, f_j \dots$

Desse modo, a predicação – que constitui o núcleo de uma estrutura de cláusula subjacente – pode ser descrita segundo os três níveis:

- 1 predicação nuclear (*nuclear predication*): predicado e seus argumentos;
- 2 predicação central (*core predication*): predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado e satélites de nível 1;
3. predicação estendida (*extended predication*): predicação central estendida pelos operadores de predicação e satélites de nível 2.

A *proposição* consiste de uma variável de conteúdo proposicional X_1 que simboliza um fato possível, especificado pela predicação estendida, pelos operadores e pelos satélites de nível 3. Esses elementos de nível 3 servem para especificar a avaliação que o falante faz do fato possível, definido pela proposição e por seu compromisso com esse fato mesmo.

A *cláusula* consiste em uma variável de ato ilocucionário E_1 que simboliza o ato de fala expresso pela cláusula, especificado pela proposição, pelos operadores ilocucionários e pelos satélites ilocucionários de nível 4.

Resumindo, deve-se apontar que, na estrutura do predicado, estão presentes três tipos de funções:

- semânticas (papéis dos referentes dos termos nos estados-de-coisas designados pela predicação) agente, meta, recipiente etc ,
- sintáticas (especificação da perspectiva a partir da qual o estado-de-coisas é apresentado na expressão linguística). sujeito e objeto;
- pragmáticas (estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ele ocorre): tema, tópico, foco etc.

A gramática funcional é, pois, para Dik, uma teoria de componentes integrados, e, como diz Auwera (1989), referindo-se a Dik (1978), inclui a pragmática desde os seus primeiros trabalhos. A própria função referencial da linguagem é considerada como uma ação pragmática, cooperativa: um falante quer levar um destinatário a deduzir uma mensagem coerente a partir do conhecimento dos significados codificados nos signos, do conhecimento da situação e do conhecimento do mundo em consideração, isto é, a partir da informação pragmática (Dik, op. cit., p. 128). A linguagem é concebida, então, como o componente da competência comunicativa do homem que o habilita a estabelecer relações comunicativas por meio das expressões linguísticas (Dik, op. cit., p. 1-6). Diz Dik (op. cit., p. 2) que uma teoria da gramática não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como são usadas e em relação aos propósitos desses usos. Para Dik, a gramática funcional é, então, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja “pragmaticamente adequada” (Dik, op. cit., p. 6), embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio dos arranjos sintaticamen-

te estruturados (Dik, 1980b, p. 2). A especificação gramatical de uma expressão, por outro lado, inclui a descrição semântica, não se admitindo a existência de uma sintaxe autônoma (Dik, 1980a, p. 2).

8. Considerações finais

Procurei apresentar uma visão geral do que vem sendo chamado *funcionalismo* em lingüística. Ressalta, em primeiro lugar, a noção de “função”, que não se refere, como observa o próprio Halliday (1973a, p. 104) aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados.

A consideração da existência de um modelo com visão funcionalista da linguagem, isto é, com uma visão da linguagem como entidade não suficiente em si, leva, em primeiro lugar, à contraposição com outro modelo que, diferentemente, examina a linguagem como um objeto autônomo, investigando a estrutura lingüística independentemente do uso. O próprio Halliday (Parret, 1974) distingue as duas tradições, a chamada “funcional”, na qual ele se coloca e coloca a Escola de Praga, além de Firth, Lamb e a Escola de Londres, e a “formal”, representada especialmente por Bloomfield e por Chomsky.

No interior do modelo funcionalista, por outro lado, embora se distingam peculiaridades que marcam os diferentes modelos, há que se destacar uma série de similaridades que unem os modelos e caracterizam, afinal, a visão funcionalista da linguagem. Assim, por exemplo, em Halliday e em Dik, rejeita-se a dicotomia chomskiana entre competência e atuação, bem como a dicotomia saussuriana entre língua e fala, embora a Escola de Praga só rejeite a primeira. Halliday também se aproxima da Escola de Praga – e mostra interpretação semelhante à de Hjelmslev – ao considerar a existência de estratos na linguagem, com a fonologia na base e a semântica no topo, as duas intermediadas pelo léxico e pela sintaxe. Ainda com a Escola de Praga, Halliday, bem como Dik, entende que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, não podendo considerar-se esgotada uma descrição de estrutura que se limite à indicação das funções gramaticais. Finalmente, como os lingüistas de Praga, Halliday e Dik buscam construir a teoria no interior do próprio sistema, o que revela, fundamentalmente, uma consideração funcional da própria natureza da linguagem. E, acima de tudo, ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

Concluindo, com Gebruers (1987, p. 129), pode-se dizer que o que caracteriza a concepção de linguagem defendida pela gramática funcional – bem como pela Escola de Praga – é seu caráter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional

porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

NEVES, M. H. M. A general view of functional grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

- **ABSTRACT:** *The paper presents a general view of what is called functionalism in linguistics. The formalist and the functionalist paradigms are compared, and the models proposed by C. S. Dik and by M. A. K. Halliday for a functional grammar are especially examined.*
- **KEYWORDS:** *Functionalism; formalism; functional grammar.*

Referências bibliográficas

- 1 AUWERA, J. van der. Linguistic pragmatic and its relevance to the writing of grammars. In: GRAUSTEIN, G., LEITNER, G. (Ed.) *Reference grammars and modern linguistic theory*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1989. p. 11-32.
- 2 BERRY, M. *Introduction to systemic linguistics: structures and systems*. London: Batsford, 1977.
- 3 BOLKESTEIN, A. M., GROOT, C., MACKENZIE, J. L. (Ed.) *Predicates and terms in functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1985.
- 4 DANES, F. On Prague School functionalism in linguistics. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 3-38.
- 5 DAVIDSE, K. Halliday's functional grammar and the Prague School. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 39-80.
- 6 DIK, C. S. *Functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1978.
- 7 _____. Seventeen sentences: basic principles and application of function grammar. In: MORAVCSIK, E., WIRTH, J. R. (Ed.) *Syntax and semantics 13: Current approaches to syntax*. London/New York: Academic Press, 1980a.
- 8 _____. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980b.
- 9 _____. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKESTEIN, A. M., GROOT, C., MACKENZIE, J. L. (Ed.) *Predicates and terms in functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1985.
- 10 _____. Some principles of functional grammar. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 81-100.
- 11 _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland: Foris, 1989.
- 12 DIRVEN, R., FRIED, V. Introduction. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- 13 GEBRUERS, R. S. C. Dik's functional grammar: a pilgrimage to Prague? In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 101-34.

- 14 GRAUSTEIN, G , LEITNER, G (Ed) *Reference grammars and modern linguistics theory* Tübingen Max Niemeyer Verlag, 1989
- 15 HALLIDAY, M A K Class in relation to the axes of chain and choice in language *Linguistics*, n 2, p 5-15, 1963
- 16 _____ Notes on transitivity and theme in English *Journal of Linguistics* 3 Parte I p 37-81 Parte II p 199-244, 1967
- 17 _____ Language structure and language function In LYONS, J (Ed) *New horizons in linguistics* Harmondsworth Penguin Books, 1970
- 18 _____ *Explorations in the function of language* London Edward Arnold, 1973a
- 19 _____ The functional basis of language In BERNSTEIN, B (Ed) *Class, codes and control* London Routledge and Kegan Paul, 1973b
- 20 _____ Text as a semantic choice in social contexts In DIJK, T A van, PETOFI, J *Grammars and descriptions* Berlin Walter de Gruyter, 1977
- 21 _____ *Language as a social semiotic* the social interpretation of language and meaning London University Park Press, 1978
- 22 _____ *An introduction to functional grammar* Baltimore Edward Arnold, 1985
- 23 HALLIDAY, M A K et al *Linguistic sciences and language teaching* London Longman, 1964
- 24 HOFFMAN, L Towards a pragmatically founded grammar In GRAUSTEIN, G , LEITNER, G (Ed) *Reference grammar and modern linguistics theory* Tübingen Max Niemeyer Verlag, 1989 p 111-32
- 25 HUDSON, R Systemic grammar review article *Linguistics*, n 24, p 791-815, 1986
- 26 JAKOBSON, R *Linguística e comunicação* Trad Isidoro Blikstein e Jose Paulo Paes São Paulo Cultrix, Editora da USP, 1969
- 27 KRESS, G (Ed) *Halliday system and function in language* London Oxford University Press, 1976
- 28 LEECH, G *Principles of pragmatics* London Longman, 1983
- 29 LOPES, E *Fundamentos da linguística contemporânea* São Paulo Cultrix, 1976
- 30 MACKENZIE, J L *What is functional grammar?* Congres International de Linguistique et Philologie Romanes, 20 Comunicação Zurich, Suisse, 1992 (Mimeogr)
- 31 MARTIN J R *The meaning of features in systemic linguistics* Sydney, 1978 (Mimeogr)
- 32 MARTINET, A *Estudios de sintaxis funcional* Madrid Gredos, 1978
- 33 MATTOSO CÂMARA JR J *Prncípios de linguística geral* 3 ed Rio de Janeiro Livraria Acadêmica, 1959
- 34 NEVES M H M A gramática funcional *Abralin* Boletim da Associação Brasileira de Linguística, n 15, 1994 (No prelo)
- 35 NICHOLS, J Functional theories of grammar *Annual Review of Anthropology*, n 43, p 97-117, 1984
- 36 PARRET H *Discussing language* Paris Mouton, 1974
- 37 ROBINS R H *General linguistics* an introductory survey London Longman, 1964
- 38 VAN VALIN, R D Functionalism, anaphora and syntax Review Article on Susumo Kuno Functional Syntax Anaphora, Discourse and Empathy In *Studies in Language* v 14, n 1, 1990, p 169-219